

MODALIDADE: GERÚNDIO, IDEOLOGIA, DISCURSO E O CONTROLE SOCIAL DA INFORMAÇÃO

Lúcia Deborah Araujo (UERJ)

RESUMO: Fazemos uma abordagem pragmática, com o concurso da análise do discurso aplicada ao texto, conforme a proposta de Fairclough (2001). Colocamos em discussão a modalidade e o gerúndio, mostrando que o aspecto cursivo e/ou durativo da forma, a ausência de marcação de modo/tempo e pessoa e o seu funcionamento como transpositor favorecem a inserção discursiva do gerúndio, seja na forma tradicional ou na construção chamada “gerundismo”, como marcador de modalidade e, conseqüentemente, índice de ideologia. Analisado em textos, o uso do gerúndio implica o sombreamento de estruturas e produz um poderoso jogo de ambigüidades que resulta em mecanismo de controle social da informação.

Minha proposta neste artigo é bem específica: apontar o gerúndio como poderoso modalizador¹ da língua portuguesa, capaz de funcionar como estratégia argumentativa que veicula a ideologia inerente ao discurso e favorece o controle da informação.

Não pretendo estender a discussão pelos domínios da teoria – interessa-me tão somente trazer a público um trabalho de análise textual baseado em proposta de Fairclough (2001). O autor propõe um quadro de análise que contempla sete itens básicos: *vocabulário* (individualizando palavras), *gramática* (combinações vocabulares em frases), *coesão* (ligação entre orações e frases), *estrutura textual* (propriedades organizacionais de larga escala dos textos), *tipos dos atos de fala/força dos enunciados* (promessas, pedidos, ameaças), *coerência* (harmonia de sentidos) e

intertextualidade. Não desmembrarei a análise em etapas, mas procurarei congregar tais itens, atravessando-os, sempre, pela ideologia que anima o discurso e situando-os social e historicamente.

Os pressupostos de que parto são os seguintes: (a) o sistema lingüístico disponibiliza recursos para a expressão da sociedade; (b) há sempre um substrato cultural e ideológico nos atos comunicativos²; (c) as escolhas discursivas revelam um posicionamento ideológico e recaem sobre elementos capazes de representá-lo; (d) o gerúndio não perifrástico (simples) é índice das intenções comunicativas do enunciador e atua como recurso para uma ação ao mesmo tempo sutil e convincente sobre o destinatário. Isto se dá por três razões: por ser uma forma nominal sem marcas de tempo, modo ou pessoa, por ter aspecto ora cursivo ora durativo e por sua ambigüidade estrutural e semântica (que dificulta a sua tipologização).

O texto que analiso é um pronunciamento do Presidente Luís Inácio Lula da Silva após sete meses de governo, em 2003. Durante o ano de 2002, assistiu-se no Brasil a um processo eleitoral que culminou com a eleição de Lula, com o apoio de significativa parte da população. Suas propostas de campanha podiam ser resumidas na palavra 'mudança' e representaram, pelo menos à época, uma guinada na luta ideológica do país, pois um candidato de origem operária, comprometido com ideologias de esquerda, conseguiu superar o candidato que representava a manutenção do estado de coisas, caracterizado por uma ideologia de centro-direita. O pronunciamento em questão foi dirigido à imprensa e ao povo, numa entrevista coletiva oficial, e sua real intenção comunicativa foi dar publicidade às ações desenvolvidas pelo governo desde a posse. Assim, sob a capa de discurso político, o pronunciamento pode ser visto como uma ação de marketing que encontra na publicidade (tomada no sentido etimológico de *tornar algo público*) uma ferramenta para atuar sobre a opinião pública, ávida das mudanças planejadas e prometidas.

Usando um vocativo que dá o tom de proximidade pretendido, o enunciador encaminha seu discurso dentro de uma linguagem acessível, que procura se aproximar ao máximo de uma conversa, em que o governo diz ao povo o que fez ou está fazendo e busca reafirmar compromissos e firmar posições ideológicas, sempre com o cuidado de se afastar de posturas autoritárias (como quando afirma não ser “o dono da verdade”) e insistindo em expressões modalizadoras. Passados alguns meses e com uma população menos crédula e festiva (diferente do que aconteceu logo após a eleição), o governo precisa ser convincente para ter o apoio dessa mesma população e usa os recursos discursivos de que dispõe – entre eles, o gerúndio.

A coluna da esquerda introduz o texto do Presidente da República em si e a coluna da direita a análise que desenvolvi com base nos pressupostos e categorias de análise acima delineadas e que seguem a proposta de minha dissertação de mestrado (Araújo, 2004). As pistas lingüísticas que contribuíram para a análise aparecem sublinhadas ou em negrito.

Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

(14/8/2003)

Meus amigos e minhas amigas,

Ontem o Brasil **deu** um grande passo em direção às mudanças de que tanto precisamos... A reforma da Previdência **foi** aprovada na Câmara dos Deputados e agora irá ao Senado. Nunca governo algum **conseguiu** aprovar na Câmara, em apenas três meses e meio, uma reforma tão importante para o futu-

Vocativo demarca a relação enunciador-enunciatário pretendida.

ro do nosso país. E por que ela é importante? Porque **garante** o futuro das aposentadorias e pensões de todos, traz maior equilíbrio às contas do governo e, de forma definitiva, **elimina** no serviço público aqueles altos salários e aposentadorias absolutamente incompatíveis com a realidade brasileira. Além disso, interna e externamente, o Brasil dá uma demonstração clara de que já não foge mais dos seus principais problemas. Ao contrário, os enfrenta com firmeza e determinação.

E isso só foi possível, tenham certeza, graças a muito empenho e muita vontade política, não só do governo, mas também de todos os governadores, dos prefeitos, dos partidos da base aliada e da grande maioria dos deputados brasileiros, inclusive, de muitos da oposição. O Brasil agradece o patriotismo que eles demonstraram. Foi decisiva, também, a participação das centrais sindicais e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

E, é claro, o maciço apoio do povo brasileiro, sem o qual não se resolverá nenhum grande problema nacional.

Em todo o trecho inicial de seu pronunciamento, o Presidente se preocupa em reafirmar ao povo o compromisso do governo com a mudança. São usadas formas de pretérito perfeito e de presente para fazer menção a ações desenvolvidas e conquistas feitas, asseverando ao destinatário que o governo está atuando.

Para caracterizar o estado de coisas historicamente estabelecido, o enunciador usa uma forma perifrástica de gerúndio, demonstrando, com isso, o caráter crônico de privilégios e injustiças — o modelo cultural vigente até então.

Aos sete meses de governo, a Presidência precisa (a) prestar contas; (b) convencer o povo de que está atuando; (c) renovar a crença do povo no poder de mudança do governo. Por isso, usa repetidas expressões modalizadoras (sublinhadas no texto), trabalhando tanto o cixo do *crer* como o do *saber*.

Problemas existiram e vão existir sempre, sobretudo quando se quer mudar alguma coisa. Pois mudar significa, muitas vezes, contrariar interesses, acabar com privilégios, corrigir injustiças que *vêm se arrastando* por muitos e muitos anos. Tenho certeza, entretanto, que passada a emoção, todos vão reconhecer a importância desta reforma para o futuro do nosso país e para o futuro dos nossos filhos e netos.

Foi preciso muitos dias, muitas horas de intensa negociação, de ajustes, de debates, de idas e vindas. Mas democracia é assim mesmo. E é importante que todos compreendam isso...

A aprovação da reforma da Previdência, da forma como foi construída, é uma clara demonstração de um estilo de governo. Um governo que sabe o que quer e que é determinado na busca de seus objetivos. Mas que não se sente dono da verdade, e não tem medo de ouvir e de construir acordos. Um governo que, por isso mesmo, antes das decisões importantes, vai sempre sentar à mesa com empresários, trabalhadores, sindicatos, políticos da esquerda e da direita, e

As conquistas já alcançadas pelo governo, aquelas que representam mudança concreta e comprovável, são apresentadas através de um contraste entre o pretérito imperfeito e o perfeito. Quando, por outro lado, se trata de ações em desenvolvimento ou ainda não desenvolvidas, o enunciator faz uso do gerúndio, 'afrouxando' a informação sobre tempo, duração, início das ações, ao mesmo tempo isentando-se e dando atualidade à ação.

negociar, negociar exaustivamente, em busca da melhor solução.

Reforma agrária: uma prioridade do governo

As desigualdades sociais e as injustiças no Brasil são enormes e muito antigas, todos nós sabemos disso. Essa é uma das minhas principais preocupações. Mas é importante, é fundamental que todos entendam que existem regras e leis que precisam ser respeitadas. Uma reforma agrária organizada, justa e pacífica, é um dos meus maiores compromissos. Mas isso não se faz do dia para a noite. Até porque uma reforma agrária não significa apenas a terra para quem precisa. Significa também a assistência técnica, a estrada, o financiamento para plantar e para colher, a escola, a casa, e isso não se planeja e nem se faz, repito, da noite para o dia...

Neste momento, o governo, sem alarde, já tem adiantados estudos para o início da sua reforma agrária, que começará ainda este ano nas regiões onde ela é mais necessária e mais urgente.

Fui eleito para mudar o Brasil, mas não para mudar de qualquer jeito. Fui eleito para mudar para melhor

O início do processo de mudança é marcado pelo enunciador, preferencialmente, através da perífrase de gerúndio com verbo estar, que confere caráter cursivo e atual às ações descritas.

O caráter durativo do gerúndio (sendo) reitera a certeza expressa pelo presente (*gera*).

e, sobretudo, para mudar em paz.
E é isso que vou fazer.

Não permitirei o confronto e não compactuarei com nenhum tipo de ilegalidade. A lei será cumprida ao pé da letra.

Chamo a atenção dos sem-terra e também dos proprietários rurais: o governo tem seu tempo e seu prazo, e a radicalização, nesse momento, não traz nenhum benefício a ninguém. Afinal, todos sabem que somos um governo comprometido com as mudanças e com a justiça social.

Retomada do crescimento, queda da inflação e redução dos juros

A retomada do crescimento econômico, o aumento da produção industrial, o crescimento das vendas do comércio, são fundamentais para a geração de empregos. Mas para que isso aconteça, e não existe outra forma, era preciso, antes, vencer a inflação que disparava no final do ano passado. E isso nós já fizemos. Depois, era preciso que os juros começassem a baixar. E isso já *está acontecendo*.

Agora, vejam, não vou enganar vocês: não existe mágica. Ou comecemos a entender que para fazer

Após indicar fato concreto, com o uso do pretérito perfeito (*visitamos*), o enunciador *lança mão do gerúndio para apontar efeito pouco palpável, atuação prospectiva*, deixando a cargo do destinatário buscar a estrutura correspondente à forma nominal (que tanto poderia ser “para que abrísssemos mercados” como “e abrimos mercados” ou ainda “quando abrimos”).

O enunciador denuncia a ação de reclamar, colocada em curso por um grupo que ele não nomeia [gente], concomitante às conquistas efetuadas em um tempo que ele coloca como curto; procura retornar a um patamar superior de assertividade, modalizando com a expressão “tenham certeza” somada ao futuro do presente e à construção passiva, em “os grandes problemas vão *ser enfrentados*”.

as coisas direito, e bem feitas, é preciso um pouco mais de tempo, ou o Brasil vai viver eternamente de improviso em improviso, de sobressalto em sobressalto. Planos econômicos mágicos não funcionam. Essa lição o passado já nos mostrou de forma muito clara e muito dura. Durante um tempo parece que tudo foi resolvido. Mas logo depois, tudo volta a desabar. E a classe média e o povo pobre, sempre, são as maiores vítimas dessas aventuras.

Chega de sobressalto! Vamos resolver os nossos problemas com calma e com segurança, para resolver de uma vez. O pior já passou, meus amigos, posso garantir isso a vocês. Estamos no caminho certo. E tenham certeza, as boas notícias já estão começando a chegar.

Agronegócio e agricultura familiar: 32 bilhões e meio para este ano.

A agricultura e a pecuária, em toda a sua extensão, são fundamentais para o nosso país. Somos o maior produtor de suco de laranja, café e de cana-de-açúcar do planeta e o segundo maior em soja, carne bovina e carne de frango. Muito já se fez nessa área, justiça seja feita. Mas nunca tanto como **estamos fazendo** nesse momento. Destinamos para a agricultura empresarial nada menos do que 27 bilhões de reais. E para a agricultura familiar, nada menos do que 5 bilhões e 400 milhões de reais. Nunca na nossa história um governo destinou tanto dinheiro, e dinheiro barato, para o pequeno produtor da agricultura familiar.

A agricultura familiar, para quem não sabe, produz a grande maioria dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro. E ainda por cima é a que mais **gera** empregos, **sendo** responsável por 8 de cada 10 empregos no campo. Investir na agricultura é certeza de retorno imediato. E é disso que o Brasil precisa.

Sete meses de governo

Nesses sete meses, meus amigos, entre outras coisas, controlamos a inflação, reduzimos o risco Brasil e recuperamos a imagem e a

confiança do nosso país no exterior. Tudo isso *está possibilitando* a redução das taxas de juros, elemento fundamental para incentivar a retomada do crescimento econômico.

Visitamos 12 países *abrindo* mercados para nossos produtos e estreitamos também nossas relações comerciais com parceiros importantes. Isso já significou um aumento de nossas exportações para a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul. Levamos o Fome Zero a todo o interior do Nordeste e às regiões mais pobres dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre e Mato Grosso do Sul. Lançamos o programa Primeiro Emprego. E um fato relevante: abrimos a Caixa Econômica Federal para milhares de brasileiros que nunca puderam ter uma conta no banco, e agora já tem.

Retomamos muitas obras paralisadas pelos governos anteriores, como, por exemplo, a duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, a duplicação da Régis Bittencourt, que liga São Paulo ao Sul do país, e o término da ponte de Porto Alencastro, na divisa de Minas com o Mato Grosso do Sul.

Isso, e muito mais coisas, em apenas 7 meses... e ainda tem gente **reclamando!** Mas não há de ser nada. Ainda temos muito tempo pela frente e muita coisa a fazer. E tenham certeza: um a um, os grandes problemas brasileiros vão ser enfrentados. Sempre de maneira tranquila, equilibrada, serena e democrática. E sempre também, de maneira firme e decidida. Afinal, foi para isso que vocês me elegeram presidente do Brasil.

Obrigado e boa noite.

Portanto, em diferentes momentos de sua fala, o Presidente reafirma seu conceito de mudança (processo lento, que requer calma e segurança) e o opõe ao de mágica (caracterizada pelo

improvisado, pelos sobressaltos). Faz ele uma apresentação de suas ações até aquele momento, numa espécie de prestação de contas a uma sociedade que está cobrando a concretização de mudanças. As conquistas já alcançadas pelo governo, aquelas que representam mudança concreta e comprovável, são apresentadas através de um contraste entre o pretérito imperfeito e o perfeito (“*era preciso, antes, vencer a inflação que disparava no fim do ano passado. E isso nós já fizemos*”). O pretérito perfeito, assim, marca as realizações concretas (“*Controlamos a inflação, reduzimos o risco Brasil e recuperamos a confiança do nosso país no exterior*”). O aspecto conclusivo do perfeito confere ao trecho alta modalidade no eixo do saber, reforçada pelo uso do pronome “nosso”, que não apenas inclui o destinatário nesta concepção de verdade, mas busca renovar seu *referendum* às ações do Presidente, dado através do voto.

Quando, por outro lado, se trata de ações em desenvolvimento ou ainda não desenvolvidas, o enunciador faz uso do gerúndio, ‘afrouxando’ a informação sobre tempo, duração, início das ações (“Depois, era preciso que os juros começassem a baixar. Isso já *está acontecendo*”; “Isso *está possibilitando* a redução das taxas de juros”). Note-se que o enunciador revela ter consciência da queda na modalidade configurada no uso do gerúndio: ele busca recuperá-la, em seguida, através da reafirmação da condição de sinceridade, assegurando aos destinatários que eles não serão enganados, que o governo não dirá ser fácil mudar (“Agora, vejam, não vou enganar vocês: não existe mágica”). Aí, mais uma vez, o Presidente reafirma seu discurso de mudança, pautando-o pelo conceito que apontamos anteriormente. Este conceito dá o tom do discurso e o seu compartilhamento constitui um pressuposto importante (“*Todos sabem* que somos comprometidos com mudança e justiça social. [...] Mas isso não se faz do dia para a noite.”).

Ao tratar dos efeitos das viagens ao exterior, que normalmente oferecem pouca visibilidade a curto prazo, mais uma vez o enunciador lança mão do gerúndio (“Visitamos 12 países [fato concreto, uso do pretérito perfeito; expressão de certeza] *abrindo*

mercados para nossos produtos” [efeito pouco palpável, atuação prospectiva]), deixando a cargo do destinatário fazer a operação inversa e buscar a estrutura correspondente à forma nominal (que tanto poderia ser “para que abrissemos mercados” como “e abrimos mercados” ou ainda “quando abrimos”).

No ponto do pronunciamento em que faz um balanço de sua gestão, o enunciador denuncia a ação de reclamar (“E ainda tem gente *reclamando!*”, último parágrafo), colocada em curso por um grupo que ele não nomeia [gente], concomitante às conquistas efetuadas. Mais uma vez, ele procura retornar a um patamar superior de assertividade, modalizando com a expressão “tenham certeza” somada ao futuro do presente e à construção passiva, em “os grandes problemas *serão enfrentados*”.

A mudança tão prometida, tão cobrada e tão difícil de se conseguir é constantemente reforçada na proposta do Presidente e em palavras / expressões que reafirmam a condição de sinceridade, numa tentativa de estabelecer uma verdade: a mudança está em curso, em outras palavras, é como se dissesse “eu não menti, eu não traí minhas promessas, mas não é rápido mudar um país”.

A predominância de formas perifrásticas de gerúndio pode ser observada. Essa é uma maneira de conferir concretude às ações do governo, sem, contudo, assumir um compromisso quanto ao momento em que os objetivos serão atingidos, mas nota-se que a forma simples ou não perifrástica entra em cena sempre que há incerteza sobre possibilidade de concretização de mudanças. Esta forma nominal causa o sombreamento³ de estruturas sintáticas – há um lugar sintático para alguns termos, mas não se pode precisar qual/quais poderiam preenchê-lo, deixando a cargo do enunciatário elaborar hipóteses para a estrutura, o que é feito segundo uma ideologia.

Ao usar o gerúndio, o enunciador opta por uma estrutura econômica, mas marcada pela ambigüidade. Poderíamos questionar por que fazer tal opção, se a clareza e, por conseguinte, a eficácia comunicativa podem ficar comprometidas. A resposta está na

intenção modalizadora – a eficácia, no caso, está exatamente em não fechar uma interpretação, em usar uma estratégia de proteção de face que salvaguarda a posição do enunciador. “A speaker uses modality to protect his utterances from criticism”⁴, afirmam Hodge e Kress (1987: 127). Trata-se de uma escolha ideologicamente marcada, coerente com os dizeres dos mesmos autores (1987: 22): “Showing less means someone else seeing less. And seeing less means thinking less.”⁵

Referências

- ARAÚJO, L. D. *O gerúndio e a expressão da modalidade em português*. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- HODGE, R.; KRESS, G. *Language as ideology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987.
- NEVES, M. H. de M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP / FAPESP, 1996.
- VAN DIJK, T. Discurso, conhecimento e ideologia: reformulando velhas questões. In: HENRIQUES, C. C. (org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Europa, 2003.

⁴ Entendemos modalidade como a expressão do ponto de vista do enunciador e o conseqüente maior/menor grau de convencimento de um enunciado sobre o enunciatário. Sobre modalidade, ver Neves (1996).

² Sobre a relação entre discurso e ideologia, ver Van Dijk (2003).

³ O conceito de sombreamento está proposto e detalhado em minha dissertação de mestrado, *O gerúndio e a expressão da modalidade em português*, orientada pelo Prof. José Carlos Azeredo.

⁴ Um falante usa a modalidade para proteger seus pronunciamentos de críticas (minha tradução).

⁵ Mostrar menos significa alguém ver menos. E ver menos significa pensar menos (minha tradução).